

Questão política

Na atual jornada de esclarecimento sobre a dívida externa brasileira, conduzida pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, junto a governos europeus e ao do Japão, os resultados ainda não são plenamente satisfatórios. Um aspecto dessa momentosa questão, contudo, cada vez fica mais nítido na consciência internacional: não há possibilidade de realizar-se um acordo, com justa composição de todos os interesses, sem interveniência de um tratamento político.

Quando um contencioso financeiro — quanto este resultante da decisão do Brasil de suspender o pagamento dos juros de sua dívida — alcança as proporções atuais transforma-se, de modo inelutável, em problema político. E, pois, um assunto que passa à esfera de competência dos governos em cuja jurisdição se situam os titulares dos créditos pendentes. Cabe-lhes, sem a menor dúvida, articular entendimentos no nível oficial com os proponentes-devedores, em busca de uma solução capaz de repor a normalidade nesse tipo de relacionamento.

E política a questão porque, no Brasil, associou-se ela aos problemas relativos à própria viabilidade do País, na medida em que interfere nas condições de sobrevivência de seu povo, influencia as formas e os limites do desenvolvimento econômico e se situa no ponto de demarragem dos fatores de desestabilização institucional. Não foi por outra razão que o presidente Sarney, da mais alta tribuna internacional — a Assembleia Geral da ONU — conclamou as nações ricas a realizarem uma reflexão sobre as bases revoltantemente injustas em que se assenta o sistema financeiro internacional. E advertiu que o Brasil não pagaria sua dívida externa à custa da recessão econômica, da con-

vulsão social e da fome do povo brasileiro.

É política a questão porque a suspensão do pagamento dos juros também resulta das decisões tomadas pelas nações credoras contrárias ao livre curso do comércio internacional. A prática do mercantilismo, principalmente nos Estados Unidos, tem impedido o crescimento da participação do Brasil no suprimento dos mercados mundiais. Além disso, o aviltamento dos preços das mercadorias, produtos industriais e insumos alimentares tradicionalmente exportados pelos países emergentes há tempos causa desequilíbrios graves nas contas externas do Brasil. Ora, é evidente que as nações devedoras só poderão honrar os seus compromissos, em cronogramas rígidos, na hipótese de não lhes serem criadas dificuldades insuperáveis na apropriação de divisas por meio do comércio exportador.

Política é a questão porque o resgate da dívida externa brasileira, assim também a dos demais países do Terceiro Mundo, oferece implicações profundas no equilíbrio do sistema financeiro internacional. A partir do instante em que um país de economia emergente, como o Brasil, corta o fluxo de capitais na direção do sistema, para não se ver a braços com uma situação insustentável — o esgotamento total de suas reservas — turbulências de certa magnitude se instaliam nas relações financeiras internacionais.

Ainda é política a questão porque, na ânsia de excedentes líquidos despropositados e à distância dos princípios éticos, os prestadores de capital fazem incidir sobre as parcelas emprestadas juros adicionais escorchantes a título de taxas de risco (*spread*). E, com essa prática, distendem ad infinitum os valores efetivamente

escriturados como dívida principal. A par disso, enquanto nos últimos cinco anos o Brasil remetia ao exterior nada menos de 34,4 bilhões de dólares, no mesmo período os investimentos externos não excederam dos 13 bilhões. Assim posicionada a relação financeira internacional, o Brasil há tempos é um dos maiores exportadores de capital para os países ricos.

Em última instância, o problema é de natureza política porque a estabilidade do sistema financeiro internacional não interessa apenas ao Brasil — ou de modo geral aos países devedores — mas à totalidade da comunidade internacional. Esse aspecto político só seria secundário — e, portanto, inexistente — caso não se tratasse de somas respeitáveis, hipótese em que deveria situar-se no plano estritamente comercial e com o envolvimento apenas das partes pactuantes. Não é, todavia, o caso, até mesmo porque as consequências apontadas pelo Brasil nesse conflito são de uma abrangência política irreplicável.

Apesar das dificuldades enfrentadas em algumas áreas internacionais pelo ministro Funaro não há razão alguma para se temer pelo pior. As nações diretamente vinculadas ao problema seguramente não deverão permanecer insensíveis, mesmo porque o esticamento da corda da radicalização cria tensões indesejáveis para todos. E o seu eventual rompimento não produziria senão turbulências graves no sistema financeiro internacional, com prejuízos para os múltiplos interesses em causa.

Espera-se, portanto, que o bom senso prevaleça ao final, de modo que o Brasil possa superar sua crise de liquidez e as relações financeiras internacionais encontrem novo e mais justo ponto de equilíbrio.